



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Instituto Estadual de Florestas

## URFBio Centro Oeste - Núcleo de Apoio Regional de Oliveira

Parecer nº 88/IEF/NAR OLIVEIRA/2021

PROCESSO Nº 2100.01.0030541/2021-02

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

|  |                              |
|--|------------------------------|
| Nome: Cerâmica Sul de Minas Ltda ME                  | CPF/CNPJ: 41.757.576/0001-85 |
| Endereço: Rodovia BR 354, KM 575                     | Bairro: Zona Rural           |
| Município: Cana Verde                                | UF: MG                       |
| Telefone: 35 3831 2928                               | CEP: 37267000                |
| E-mail: bruno@cedro.eng.br / cersuldeminas@gmail.com |                              |

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

|            |           |
|------------|-----------|
| Nome:      | CPF/CNPJ: |
| Endereço:  | Bairro:   |
| Município: | UF:       |
| Telefone:  | CEP:      |
| E-mail:    |           |

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

|   |                             |
|---|-----------------------------|
| Denominação: Sítio Lava Pés   | Área Total (ha): 16,7528    |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 16.237, 6.157 e 13.016 | Município/UF: Cana Verde/MG |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR):  |                             |
| MG-3111903-592F.7B09.1E71.41D6.BAD4.1285.18AB.411C                      |                             |
| MG-3111903-3998.620D.F7B5.48A8.847D.CA0B.5592.FA18                      |                             |

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

| Tipo de Intervenção  | Quantidade | Unidade |
|--|------------|---------|
| Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP | 1,7026     | ha      |

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

| Tipo de Intervenção  | Quantidade | Unidade | Fuso | Coordenadas planas<br>(usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000) |           |
|--|------------|---------|------|---|-----------|
|  |            |         |      | X   | Y         |
| Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP | 1,7026     | ha      | 23K  | 481.460   | 7.676.190 |

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

| Uso a ser dado a área | Especificação      | Área (ha) |
|-----------------------|--------------------|-----------|
| Mineração             | Extração de argila | 1,7026    |

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

| Bioma/Transição entre Biomas | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional (quando couber) | Área (ha) |
|------------------------------|----------------------|-------------------------------------|-----------|
| Mata Atlântica               | Pasto exótico        |                                     | 1,7026    |

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | Unidade |
|--------------------|---------------|------------|---------|
|                    |               |            |         |

## 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 19/07/2021

Data da vistoria: 04/11/2021

Data de solicitação de informações complementares:

Data do recebimento de informações complementares:

Data de emissão do parecer técnico: 10/11/2021

*A vistoria foi realizada de forma remota de acordo com RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD, IEF, IGAM E FEAM Nº 2 .959, DE 16 DE ABRIL DE 2020.*

## 2. OBJETIVO

É objeto deste parecer analisar a solicitação para intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 01.70,26 ha. É pretendido com a intervenção requerida a extração de argila para fabricação de cerâmica.

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

O imóvel rural denominado Sítio Lava Pés localiza-se no município de Cana Verde e possui uma área total de 16,7528 ha. e 16,7529 ha declarados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) que correspondem a 0,5584 módulos fiscais.

A propriedade é composta por áreas de exploração mineral, pastagem exótica e vegetação nativa na área de preservação permanente e pelas estruturas que compõem o empreendimento.

Existem três cursos d'água cujas áreas de preservação permanente onde parte do empreendimento está instalados e parte encontram-se em bom estado de conservação.

A propriedade está inserida no Bioma Mata Atlântica e pertence à bacia hidrográfica do Rio Grande.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3111903-592F.7B09.1E71.41D6.BAD4.1285.18AB.411C

- Área total: 16,7529 ha

- Área de reserva legal: 0,0 ha

- Área de preservação permanente: 4,4924 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 15,3089 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 3,3505 ha

( ) A área está em recuperação:

( ) A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

( ) Proposta no CAR (X) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( ) Dentro do próprio imóvel

(X) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: único

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

O requerente solicita intervenção em APP com a finalidade de extração de argila para a confecção de cerâmicas vermelhas.

A substância a ser minerada na área em questão é argila, que se dará pelo método de fossa a seco, pois a jazida a ser explorada situa-se acima do nível do lençol freático e compõe-se de pacotes bem definidos consistindo em uma cava a céu aberto.

Segundo o estudo apresentado, o melhor procedimento para extração da argila é pelo método de lavra por tiras ou faixas, método este que consiste em lavar de forma progressiva e seletiva faixas de 5 em 5 metros de largura e com comprimento variável, executadas preferencialmente no sentido da porção mais baixa para a mais elevada do terreno. Este método objetiva principalmente facilitar a drenagem ou torna-la o mais natural possível.

Taxa de Expediente: R\$ 725,77

Taxa florestal: não se aplica

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: não se aplica

#### **4.1 Das eventuais restrições ambientais:**

- Vulnerabilidade natural: muito baixa

- Prioridade para conservação da flora: muito baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: nenhuma

- Unidade de conservação: nenhuma

- Áreas indígenas ou quilombolas: nenhuma

- Outras restrições: nenhuma

#### **4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

- Atividades desenvolvidas: A - 03-02-6

- Atividades licenciadas: Extração de argila usada na fabricação de cerâmica

- Classe do empreendimento: 2

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: LAS Cadastro

- Número do documento: 776/2020

#### **4.3 Vistoria realizada:**

A vistoria na área foi realizada de forma remota no dia 04/11/2021, utilizando-se de recursos tecnológicos disponíveis para acesso remoto. Foi analisado o requerimento de autorização para intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa, em especial utilizando o software Google Earth, TrackMaker, Plataforma Web SCCON - Programa Brasil MAIS, IDE Sisema e Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR. Além desses recursos, o empreendedor apresentou vídeos da área feitos por drone, o que ajudou ainda mais na análise do requerimento.

Na propriedade existem áreas antropizadas com exploração mineral que já ocorre a muitos anos. A vegetação nativa compõem parte da APP.

As áreas requeridas estão em área de pastagem exótica praticamente dentro da área de lavra mineral da empresa. A intervenção é necessária para que a empresa possa expandir a área de exploração mineral.

##### **4.3.1 Características físicas:**

- Topografia: plana

- Solo: argissolos vermelhos distróficos típicos

- Hidrografia: [indicar o quantitativo de APP dentro do imóvel, se o curso d'água tiver algum nome conhecido incluir; incluir qual a bacia hidrográfica federal e a UPGRH na qual o imóvel rural está inserido]

##### **4.3.2 Características biológicas:**

- Vegetação: Bioma Mata Atlântica. Ecótono e Floresta Estacional Semidecidual

- Fauna: não observada

**4.4 Alternativa técnica e locacional:** A localização dos recursos minerais no ambiente, não é passível de escolha, visto que as jazidas originam-se de fenômenos geológicos e geomorfológicos que não são de controle humano. Da mesma forma, originam-se as áreas que devem ser consideradas como de preservação permanente, como os corpos d'água. De tal modo, devido a esta combinação dos processos originários de áreas de preservação e dos processos originários da formação e disposição do mineral é que os depósitos de argila são encontrados em leitos de rios, áreas estas categorizadas como de Preservação Permanente. Compreende-se que o estabelecimento de Áreas de Preservação Permanente é justamente o de preservar a manutenção das funções ambientais em um ecossistema, e que intervir nestas áreas gera-se danos à sua principal função. Contudo, considerando o processo de formação do mineral, não passível de escolha, e a sua ocorrência, mediante as condições atuais destas áreas levantadas, considerando-se a legislação ambiental vigente; considerando-se a exaustão desta matéria prima na atual área de lavra, é que se requisita e justifica-se a ampliação da área de lavra para o interior da área de APP nos locais apresentados. Diante do exposto, e tendo-se a concessão para a extração da argila, assegurada pelos registros de licença nº 5316/2020, 833.923/2012 e 834.385/2008 da ANM para estas áreas, ressalta-se que não há outra alternativa técnica e locacional para a ampliação da área desta lavra.

## 5. ANÁLISE TÉCNICA

A intervenção ambiental requerida dentro da área de preservação permanente diz respeito à área de extração de argila que será utilizada na fabricação de cerâmica.

A área de intervenção em preservação permanente perfaz um total de 01.70,26 ha. e será ocupada pelas cavas de extração.

É uma intervenção pontual, que bem maneja e recuperada após a exploração, não traz impactos significantes.

Assim, podemos considerar como de baixo impacto.

Além disso, a Lei 20.922/13, classifica como sendo de Utilidade Pública as atividades de mineração, como é o caso do empreendimento em questão.

Tendo em vista as características acima apresentadas, entende-se que a área intervenção é passível de autorização, sendo esta intervenção de grande importância para a melhoria do empreendimento.

### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Conforme apresentados no Plano de Utilização Pretendida (29651437) páginas 46 a 53.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

*Fica dispensado, a critério da supervisora.*

## 7. CONCLUSÃO

*Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP, em uma de área de 1,7026 ha, localizada na propriedade Sítio Lava Pés.*

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

*“Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo (29651447), em área de 1,9672 ha, tendo como coordenadas de referência X=481509.69 E, Y= 7676153.40 S (UTM, Sirgas 2000), na modalidade de recuperação, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.”*

### 8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: não se aplica

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Não se aplica

## 10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

| Item | Descrição da Condicionante  | Prazo*  |
|------|---|---|
|      | Implantar o PTRF proposto   | Imediatamente após o recebimento do AIA ou na estação chuvosa |
| 1    | Apresentar relatório após a implantação do projeto indicando as espécies e o número de mudas plantadas, tratamentos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF seja diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. | 3 meses após a implantação                                    |
| 2    | Apresentar relatórios anuais com anexo fotográfico para avaliação da situação do plantio. Informar quais os tratamentos silviculturais adotados no período e a necessidade de intervenção no plantio.   | Anualmente até conclusão do projeto                           |
| 3    |   |   |
| 4    |   |   |

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

### INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC ( X ) SUPERVISÃO REGIONAL

### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Marcela Cristina de Oliveira Mansano**

MASP: **1.146.608-3**

### RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MASP:



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Cristina de Oliveira Mansano, Gerente**, em 09/12/2021, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **37830175** e o código CRC **A7E18DE9**.